

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

O principal mentor da política econômica brasileira, ministro Antônio Palocci, está levando a sério o pagamento dos compromissos financeiros do País, principalmente no plano internacional. Aposta que essa orientação reduzirá gradualmente o custo dos financiamentos externos e, conseqüentemente, dos juros no mercado interno e externo, as taxas de inflação, aumentará a poupança interna, os investimentos, diminuirá o desemprego e assegurará um crescimento seguro da atividade econômica.

Profundamente identificado com as políticas ortodoxas do Fundo Monetário Internacional, FMI, que é a mesma dos grandes conglomerados financeiros, o ministro Palocci supera, até agora, resistências dentro do seu próprio partido, o PT, e do Governo Federal, e críticas da oposição, que sempre acontecem.

A grande pergunta que fazem todos aqueles que se interessam pela situação econômica nacional é até quando será possível ao País comparecer pontualmente aos seus crescentes compromissos financeiros, conseqüência das dívidas interna e externa.

A despesa do setor público só com o pagamento de juros atingiu R\$ 105,68 bilhões, entre janeiro e agosto deste ano. Equivale a 8,39% do Produto Interno Bruto, PIB. É a carga mais alta de toda história brasileira.

A despesa recorde com juros é conseqüência também do período de alta da taxa Selic, desencadeado pelo Banco Central em setembro de 2004 e interrompido no mesmo mês deste ano, quando os

juros no Brasil alcançavam o patamar de 19,50%, um dos mais altos, se não o mais elevado do mundo.

O que aumenta as dúvidas dos que discordam dos rumos adotados pelo ministro Palocci é que apesar de todo esforço brasileiro para atender aos compromissos financeiros, o desempenho parece insuficiente.

Nos oito primeiros meses deste ano o setor público economizou R\$ 78,93 bilhões nos orçamentos da União, Estados, municípios e empresas estatais, sem contabilização de juros. Essa importância é 6,2% do PIB. Mas o tamanho dos juros pagos fez com que nem mesmo essa economia (superávit primário) – feita às custas de uma profundo sacrifício do custeio e dos investimentos em áreas vitais da administração – fosse suficiente para diminuir ou ao menos conter o aumento da dívida pública. Ela atingia em finais de agosto passado R\$ 973,65 bilhões, ou 51,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Em julho, eram 51,5% do PIB.

De onde se conclui que o esforço nacional para pagar os juros da dívida, reduzi-la ou, ao menos, contê-la, é, no mínimo, uma luta desigual.

Humberto Martins